

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
"INFOSAT GAMERS LTDA"

Pelo presente instrumento particular, o infra assinado, **EDUARDO PIRES ABRAS**, brasileiro, casado, com comunhão parcial de bens, nascido em Ourinhos/SP em 01/01/1983, empresário, portador do CPF nº **310.097.958-30** e da CIRC nº **34172940** DETRAN/SP, residente e domiciliado na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, na **RUA MANOEL DE OLIVEIRA, Nº 421, JARDIM SÃO JUDAS TADEU, CEP 19.910-660**, único sócio da sociedade empresária **DINFOSAT GAMERS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **48.147.534/0001-71**, com sede na **RUA CARDOSO RIBEIRO, Nº 970 COMPLEMENTO: LOJA 1, BAIRRO: VILA BOA ESPERANÇA, NA CIDADE DE OURINHOS, ESTADO DE SÃO PAULO, CEP 19.912-120**, devidamente registrada na JUCESP sob nº **3524005314-1** em sessão de **28/09/2022**, resolve alterar e consolidar as cláusulas em vigor mencionadas no contrato, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

A sociedade girava por objetivo a exploração por conta própria do ramo de atividade de **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS**, passa a partir dessa data para, "**COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS**."

- CONSOLIDAÇÃO -

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO

A sociedade gira sob a denominação social de "**INFOSAT GAMERS LTDA**".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE

A sociedade tem sede na **RUA CARDOSO RIBEIRO, Nº 970, COMPLEMENTO: LOJA 1, BAIRRO: VILA BOA ESPERANÇA, NA CIDADE DE OURINHOS, ESTADO DE SÃO PAULO, CEP 19.912-120**, podendo abrir e manter filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETIVO

A sociedade terá por objetivo a exploração por conta própria do ramo de atividade de "**COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS**."

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em moeda corrente do país, 1.000 (hum mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato, distribuídas da seguinte forma entre os sócios:



EDUARDO PIRES ABRAS	1.000 cotas	R\$ 1.000,00
TOTAL	1.000 cotas	R\$ 1.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

A sociedade iniciou suas atividades em **28/09/2022**, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá ao sócio **EDUARDO PIRES ABRAS**, com poderes e atribuições de administrar e representar a sociedade, ativa e passivamente, sozinho, em juízo ou fora dele, com plenos gerais e ilimitados poderes, podendo praticar todos os atos e operações referentes ao objeto social, assinando pela sociedade isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA NONA – DO USO

O uso da firma o sócio **EDUARDO PIRES ABRAS**, sempre nos negócios que digam respeito aos interesses sociais, sendo proibido seu uso para fins estranhos como endosso de favores, cartas de fiança e outros documentos não análogos que acarretarem responsabilidade para a sociedade. O sócio que infringir essa proibição ficará pessoalmente responsável pelo compromisso assinado ou assumido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETIRADA PRÓ LABORE

Os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de “pró-labore”, em valor a ser fixado a cada mês de acordo com os interesses dos sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. A documentação antes de ser encaminhada à contabilização será minuciosamente examinada pelos sócios, para verificação da sua autenticidade e melhor controle da gestão da empresa. Com suas assinaturas nos balanços e aprovada a prestação de contas, os sócios além de reconhecerem a suas exatidões reconhecem também terem praticado tais verificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS MESES SEGUINTE AO TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FALECIMENTO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de **OURINHOS**, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor, abaixo, com uma via destinada a registro e arquivamento na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO e as demais, devidamente anotadas, ficarão em poder da sociedade.

Ourinhos, 14 de outubro de 2022.



EDUARDO PIRES ABRAS

